

RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.759 - PR (2019/0044604-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA
ADVOGADOS : DANIEL BRENNEISEN MACIEL - PR040660
SAMIR BRAZ ABDALLA - PR031374
FÁBIO COCHMANSKI DO NASCIMENTO - PR052647
CLEVERSON TUOTO BENTHIEN E OUTRO(S) - PR045001
RECORRIDO : CONJUNTO MORADIAS VILAS NOVAS CONDOMINIO III
ADVOGADO : SÉRGIO MURILO KOROBINSKI E OUTRO(S) - PR065574

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB/CT, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pela Nona Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 1.133):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE TAXAS CONDOMINIAIS - SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, PELA ILEGITIMIDADE PASSIVA DA COHAB - QUESTÃO OBJETO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO, DO QUAL RESTA PENDENTE DECISÃO DE RECURSO ESPECIAL - IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO DESSA MATÉRIA PELO JUÍZO MONOCRÁTICO - NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DO PROCESSO, ATÉ PRONUNCIAMENTO DEFINITIVO DAS INSTÂNCIAS SUPERIORES - SENTENÇA ANULADA, RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 1.153/1.160).

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 1.015, VI, do Código de Processo Civil e 4º, parágrafo único, 9º, 12, § 4º, e 20 da Lei 4.591/64.

Sustenta, em síntese, que o recurso cabível contra a decisão de exclusão de litisconsorte é o agravo de instrumento e que é de responsabilidade do adquirente o pagamento das despesas condominiais referentes ao período em que ocupou o imóvel.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Verifico que o acórdão recorrido, sob o fundamento de que a questão da legitimidade passiva ad causam já estava sendo objeto de discussão em anterior agravo de instrumento, anulou a sentença e suspendeu o feito até a definição da questão naqueles autos. Leia-se (fls. 1.137/):

Razão assiste ao Condomínio.

Isto porque, a questão referente à legitimidade da Cohab para responder pelo pagamento das taxas condominiais, foi enfrentada pela decisão de mov. 1.44, que incluiu a Cohab no polo passivo da execução e declinou a competência para a Vara da Fazenda.

Contra referida decisão, foi interposto agravo de instrumento, distribuído ao Juiz Substituto em 2º Grau Sérgio Luiz Patitucci, em substituição a este Relator, sob o nº 1383822-9, que restou assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO SUMÁRIA - DE COBRANÇA - TAXAS CONDOMINIAIS - DECISÃO QUE DEFERIU PEDIDO DE INCLUSÃO DA COHAB NO POLO PASSIVO DA AÇÃO - ALEGADA ILEGITIMIDADE POR EXISTÊNCIA DE ANTERIOR COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA - AÇÃO DE RESCISÃO DO CONTRATO JÁ PROPOSTA PELA COHAB EM FACE DO MUTUÁRIO, POR INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL - LEGITIMIDADE PASSIVA DA COHAB CONFIGURADA - INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 42, §-3º E 568, III, DO CPC - DÍVIDA PROPTER REM QUE ACOMPANHA A COISA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Por sua vez, contra a decisão do agravo de instrumento, foi interposto Recurso Especial, que resta pendente de julgamento, visto que retornou ao Relator originário (Juiz Sérgio Luiz Patitucci), para juízo de retratação, conforme despacho da 1ª Vice-Presidência, sendo que referido pedido de retratação ainda não foi apreciado.

Com isso, como a decisão do agravo de instrumento, que tratou da legitimidade passiva da Cohab, ainda não transitou em julgado, porquanto pendente o julgamento do Recurso Especial contra ela interposto, não poderia ter a sentença, ora recorrida, se manifestado sobre a questão da legitimidade/ilegitimidade da Cohab, tendo em

Superior Tribunal de Justiça

vista que tal questão, como se disse, ainda está sendo discutida no Recurso Especial supramencionado.

Dessa forma, de se anular a sentença, determinando-se que os autos retomem à 3ª Vara da Fazenda Pública, e lá permaneçam suspensos, até decisão definitiva das instâncias superiores acerca da legitimidade/ilegitimidade da Cohab.

Como se vê, os temas insertos nos textos da legislação federal apontados pela recorrente não foram objeto de debate pelo acórdão recorrido, a despeito da oposição de embargos de declaração. Incide, portanto, a Súmula 211 do STJ.

Na realidade, o recurso não impugna o fundamento do acórdão recorrido, que é a existência de prévia discussão a respeito da legitimidade passiva *ad causam* em agravo de instrumento, ainda pendente de julgamento.

Anoto, por oportuno, que a questão já foi definida por esta Corte no julgamento do REsp 1.747.005/PR, ocasião em que foi decidido que "deve a promitente vendedora responder pelos débitos do condomínio, sem prejuízo de ulterior direito de regresso".

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília/DF, 17 de março de 2020.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora